

Senhora Ministra de Estado e das Finanças

Excelência,

A AECOPS – Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços, pessoa colectiva com o nº 500832579 na qualidade de legítima representante dos interesses das empresas de construção suas associadas, extremamente apreensivas com as dificuldades adicionais que resultam da nova obrigação fiscal que consiste na comunicação de inventários, que entrou em vigor em 1 de Janeiro do corrente ano, vem junto de Vossa Excelência expor e solicitar o seguinte:

O artigo 233.º da Lei do Orçamento do Estado para 2015 aditou ao Decreto-lei n.º 198/2012, de 24 de agosto, o artigo 3.º - A, que estabelece a obrigação de comunicar à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), até 31 de janeiro, por transmissão eletrónica de dados, o inventário respeitante ao último dia do exercício anterior.

Por sua vez o artigo subsequente da mesma Lei (artigo 234.º da Lei do Orçamento do Estado para 2015, “disposição transitória no âmbito do Decreto-Lei nº 198/2012, de 24 de agosto”) determina que tal obrigação seja cumprida já em janeiro de 2015 relativamente ao inventário reportado a 31 de dezembro de 2014.

Ora o setor da construção tem especificidades que dificultam o cumprimento desta obrigação num prazo tão reduzido, de que se salientam:

- o apuramento da variação da produção, com vista à comunicação dos produtos e trabalhos em curso;
- a existência de dúvidas relativamente à unidade de medida a utilizar na comunicação dos Produtos e Trabalhos em Curso (tipo de produto “T”);
- a dispersão geográfica da atividade, não só a nível nacional, mas também internacional, o que aumenta as dificuldades quer do apuramento da referida rubrica contabilística quer das matérias primas existentes nos diferentes estaleiros ou frentes de obra;
- o facto do tecido empresarial do setor ser constituído maioritariamente por pequenas e médias empresas, algumas das quais não dispendo de estrutura para, em tão curto espaço de tempo, apurarem a variação da produção.

Face ao exposto e de modo a que as empresas se adaptem a esta nova obrigação fiscal, a AECOPS vem solicitar que o prazo limite para a comunicação dos inventários seja alargado até 31 de março, prazo legal estabelecido pelo Código das Sociedades Comerciais para o encerramento das contas do exercício anterior.

Certos de que será dada a melhor e urgente atenção ao assunto exposto, e na expectativa de que a nossa solicitação seja acolhida, apresentamos a Vossa Excelência os nossos melhores e mais respeitosos cumprimentos.

Ricardo Pedrosa Gomes
Presidente da Direção

23 de janeiro de 2015